



gestão de ativos
sgoic

IMGA

MONEY MARKET

**FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO
ABERTO DO MERCADO MONETÁRIO**

**RELATÓRIO E CONTAS
2022**

Índice

RELATÓRIO DE GESTÃO	2
NOTA INTRODUTÓRIA	3
SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS MERCADOS.....	4
PRINCIPAIS EVENTOS	6
DESEMPENHO DOS FUNDOS MONETÁRIOS E DE CURTO PRAZO.....	8
INFORMAÇÃO RELATIVA À GESTÃO DO FUNDO.....	9
REMUNERAÇÕES PAGAS A COLABORADORES E ÓRGÃOS SOCIAIS DA SOCIEDADE	10
ERROS DE VALORIZAÇÃO	11
EVENTOS SUBSEQUENTES.....	11
NOTAS INFORMATIVAS.....	12
ANEXOS.....	15
• DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ANEXAS	
• DIVULGAÇÃO PERIÓDICA AO ABRIGO DOS REGULAMENTOS SFDR E TAXONOMIA	
• RELATÓRIO DE AUDITORIA	

Relatório de Gestão



Nota Introdutória

O Fundo foi constituído em 4 de agosto de 2010 como Millennium Extra Tesouraria III – Fundo de Investimento Alternativo Mobiliário Aberto e investe essencialmente em depósitos, valores mobiliários e instrumentos financeiros, predominantemente de curto prazo.

Em 2015 alterou a sua denominação para IMGA Extra Tesouraria III – Fundo de Investimento Alternativo Mobiliário Aberto, em linha com a alteração da denominação de todos os Fundos geridos pela IMGA, na sequência da aquisição da Millennium Gestão de Ativos ao Millennium bcp.

Em 18 de junho de 2019, foi autorizada pela CMVM a transformação do Fundo em Organismo de Investimento Coletivo em Valores Mobiliário.

Em 31 de julho de 2019, o Fundo assumiu a tipologia de Fundo de Mercado Monetário Normal de Valor Líquido Variável, de acordo com o Regulamento (UE) 2017/1131 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de junho de 2017, alterando a sua denominação para IMGA Money Market.

A partir de 28 de novembro de 2019, passou a estar disponível para comercialização a Categoria I de Unidades de Participação deste Fundo, a qual foi constituída a 14 de fevereiro de 2022.

A Categoria R de Unidades de participação deste Fundo passou a estar disponível para comercialização a partir de 1 de abril de 2021, tendo sido constituída a 4 de maio de 2021.

Síntese da Evolução dos Mercados

O ano de 2022 encerrou com perdas generalizadas nas diferentes classes de ativos, desde o segmento de maior risco aos mais defensivos do universo de rendimento fixo, em forte contraste com as valorizações registadas em finais de 2021, originadas pelas políticas monetárias expansionistas e o otimismo sobre a extinção da pandemia.

As rendibilidades negativas deste ano estiveram alicerçadas quer na deterioração dos fundamentais económicos, quer no comportamento ascendente das taxas de juro. As perspetivas para a atividade económica em 2022 já apontavam para uma desaceleração do ritmo de crescimento, uma tendência que se reforçou perante as implicações económicas da invasão russa à Ucrânia e a necessidade de os bancos centrais confrontarem os níveis mais elevados da inflação desde as décadas de 70/80, através do ciclo mais agressivo de subida de taxas diretoras desde então.

A trajetória das taxas de juro governamentais foi ascendente, fruto do incremento das taxas reais quer nos EUA quer na Alemanha, que atingiram máximos desde 2009 e 2014, respetivamente, e contribuíram decisivamente para a variação anual da taxa de juro nominal com maturidade a 10 anos de 236 pontos base nos EUA (para 3,87%) e de 275pb na Alemanha (para 2,57%). A agressividade do ciclo de subida de taxas no curto-prazo significou incrementos mais pronunciados das taxas de juro com maturidades mais curtas, o que deu origem à inversão das respetivas curvas de rendimentos.

O término do programa de compras do Banco Central Europeu (BCE) e a trajetória ascendente das taxas de juro alemãs comprometeram as estratégias de *carry* e contribuíram para a ocorrência de alargamentos dos diferenciais de taxa de juro da periferia face à Alemanha. O spread de Itália no prazo a 10 anos alargou 79pb, tendo os diferenciais de custo de financiamento de Portugal e de Espanha registado acréscimos de 37 e de 35pb, respetivamente.

A perceção de deterioração dos fundamentais assumiu um papel determinante no desempenho das classes de maior risco. Mais especificamente, apesar de as estimativas de crescimento dos resultados empresariais não terem sofrido revisões em baixa significativas no decorrer de 2022, o acréscimo dos custos de financiamento e a expectativa de incremento dos incumprimentos e de queda dos resultados contribuíram para desvalorizações algo significativas na classe acionista e para o alargamento dos spreads da dívida empresarial.

O acréscimo das taxas de juro soberanas foi determinante para a rendibilidade dos demais segmentos de rendimento fixo, em particular para os subsegmentos de melhor qualidade creditícia, tipicamente mais expostos ao risco de taxa de juro. A combinação de taxas de juro mais elevadas com os fortes alargamentos de spread ocorridos significou rendibilidades negativas da dívida empresarial *investment grade* (-13,7% na Europa).

Os segmentos dotados de maior risco de crédito, como o de *high-yield* entregaram igualmente rendibilidades negativas em 2022 (-10,6%). Pese embora os níveis historicamente reduzidos de incumprimentos, a expectativa de deterioração dos fundamentais e a subida dos custos de financiamento na Europa contribuíram para a ocorrência de alargamentos expressivos dos respetivos *spreads*, que atingiram máximos desde a crise pandémica. O contributo da subida das taxas de juro foi igualmente negativo para a rendibilidade deste segmento, embora comparativamente inferior ao contributo para o *investment grade*. A performance do subsegmento de dívida subordinada englobou-se no desempenho do *high-yield*, tendo averbado desvalorizações superiores a 13% na Europa.

O universo de dívida de mercados emergentes esteve igualmente pressionado em 2022, fruto da atuação restritiva dos bancos centrais das principais economias desenvolvidas, da valorização do dólar dos EUA e mais especificamente do sentimento de aversão ao risco que imperou nos mercados financeiros ao longo do ano. A rendibilidade negativa deste segmento deveu-se igualmente ao contributo negativo da componente de taxa de juro e ao alargamento dos respetivos *spreads*, que originaram perdas superiores a 20% em 2022. A fragilidade económica da China contribuiu igualmente para o acréscimo dos níveis de volatilidade do universo. Também a dívida empresarial de emergentes sofreu alargamentos de *spreads* e rendibilidades negativas no ano (-16%), embora menos pronunciadas que as da dívida soberana.

A rentabilidade da generalidade das praças acionistas em 2022 foi negativa, associada à já referida perceção de deterioração dos fundamentais, ao seu impacto esperado nos resultados empresariais e à esperada compressão das margens operacionais num ambiente de inflação ainda elevada e de menor capacidade de definição de preços num ambiente macroeconómico mais desfavorável.

Não obstante, a evolução das valorizações da classe acionista não foi determinada, em 2022, pela evolução dos resultados, que exibiram um crescimento, mas sim pelo ajuste ocorrido nos múltiplos de mercado. A evolução destes refletiu o acréscimo verificado nas taxas de juro, o sentimento de maior aversão pelo risco e as condições financeiras mais desafiantes. A correção dos múltiplos incidiu principalmente sobre os títulos com maior prémio, como os títulos com maior efeito de duração como o estilo *growth*, em que se inserem vários títulos do setor de tecnológicas. Em oposição, os estilos com enviesamentos *dividend yield* e *value* estiveram em destaque pela positiva, em termos relativos.

A dispersão de rentabilidades foi considerável, perceptível pela valorização de 2,8% do índice português PSI (+2,8%) e pelo britânico FTSE 100 (+0,9%), fruto das respetivas composições setoriais com enviesamento *value*. O destaque pela negativa na Europa foram as praças holandesa (-13,7%) e alemã (-12,3%), reflexo da sua natureza mais cíclica e das implicações da crise energética. Nos EUA, o S&P500 perdeu 19,4%, com o setor imobiliário, de tecnológicas e de retalho entre os mais frágeis, em larga medida em resultado das subidas das taxas de juro e das perspetivas económicas mais pessimistas. Inversamente, seguradoras, bancos e setores defensivos como de saúde e farmacêutico estiveram em destaque pela positiva em 2022. Os índices de menor capitalização bolsista registaram perdas em média superiores aos de maior capitalização, quer na Europa quer nos EUA.

Em termos agregados o índice MSCI World desvalorizou 19,5% (em dólares), com os índices de mercados emergentes entre os mais penalizados (-22,4%), contando também aqui com elevada dispersão (valorização do índice brasileiro e quebra acentuada dos índices da China).

A atuação mais proeminente da Fed, a respetiva subida de taxas de juro e o ambiente de aversão ao risco constituíram um ambiente favorável para o dólar dos EUA, particularmente contra a divisa nipónica (+13,9%) e ao euro (6,2%), que fizeram mínimos plurianuais. As divisas de mercados emergentes mostraram-se pressionadas ao longo do ano, tendo de forma agregada assinalado perdas superiores a 5%.

O desempenho do cabaz de matérias-primas foi positivo em 2022 (+16,1%), não obstante a trajetória ascendente do dólar. Os metais industriais e a madeira estiveram em destaque pela negativa, em oposição aos desempenhos globalmente favoráveis dos bens agrícolas e do segmento energético.

Principais Eventos

CONSTITUIÇÃO DA CATEGORIA I DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO

A 27 de janeiro de 2022 foi constituída a Categoria I para o fundo IMGA European Equities.

A 3 de fevereiro foi constituída a Categoria I para os fundos IMGA Iberia Equities ESG e IMGA Iberia Fixed Income ESG, tendo a 14 de fevereiro sido constituída para os fundos Money Market, IMGA Ações América e IMGA Global Equities Selection.

IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA

A 25 de janeiro o fundo IMGA Retorno Global alterou a sua política de investimento, bem como a sua denominação para IMGA Alocação Defensiva.

CONSTITUIÇÃO DA CATEGORIA R UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO PARA O FUNDO IMGA LIQUIDEZ

A 10 de maio foi constituída a Categoria R para o fundo IMGA Liquidez.

INCLUSÃO DE NOVA ENTIDADE COMERCIALIZADORA

A 24 de outubro foi incluída a Caixa Central Crédito Agrícola como nova entidade comercializadora dos fundos IMGA Alocação Defensiva e IMGA Investimento PPR/OICVM.

IMGA PME FLEX

A 15 de novembro iniciou-se a comercialização da Categoria I de Unidades de Participação do fundo IMGA PME Flex. O Fundo iniciou a atividade a 2 de janeiro de 2023.

CONSTITUIÇÃO DO FUNDO IMGA FINANCIAL BONDS 3Y, 2,25%, Série I

A 27 de dezembro de 2022 foi autorizada, pela CMVM, a constituição do fundo IMGA Financial Bonds, 3 Y, 2,25%, Serie I, fundo aberto de duração limitada, a ser distribuído através do Millennium BCP e da Caixa Central Crédito Agrícola Mútuo. O Fundo iniciou a comercialização a 2 de janeiro de 2023.

ATUALIZAÇÕES DOS DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

Em janeiro, na sequência da entrada em vigor do Regulamento da Taxonomia, foi introduzida, nos Prospetos dos fundos de investimento mobiliário, uma menção sobre o alinhamento dos Fundos ao referido Regulamento.

Em fevereiro foi concluído o processo da 1ª atualização anual dos Prospetos e dos documentos com as Informações Fundamentais destinadas aos Investidores (IFIs) de toda a oferta de fundos da IMGA.

Em abril foi alterada a hora limite aplicável aos processos de subscrição e resgate efetuados através do Banco Best.

Em maio foi concluída a 2ª atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2021.

Em junho foi alterado o Prospeto do fundo IMGA Rendimento Semestral, na sequência da alteração do Indicador Sintético de Risco e Remuneração.

Em outubro foram efetuadas alterações em todos os Prospetos dos fundos (com exceção dos fundos Ibéria), com a atualização do processo de adaptação dos mesmos em matéria de sustentabilidade e enquadrando-os no artigo 8º da regulamentação SFDR.

Ao longo do ano de 2022 foram ainda efetuadas alterações relacionadas com a prorrogação das reduções da comissão de gestão, acomodando o enquadramento de taxas de juro em mínimos históricos e tendo sempre em conta a defesa do interesse dos participantes.

PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS E CONTAS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

A 29 de abril e 30 de agosto foram publicados no sítio da CMVM os Relatórios e Contas dos fundos IMGA.

COMERCIALIZAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA DOS FUNDOS IMGA

A 2 de dezembro, na sequência do envio para a Comisión Nacional del Mercado de Valores («CNMV»), das notificações para comercialização, numa base transfronteiriça, dos fundos IMGA European Equities, IMGA Iberia Fixed Income ESG, IMGA Money Market, IMGA Global Equities Selection, IMGA Iberia Equities ESG e IMGA Ações América, foi rececionado o Ofício da CMVM a informar do registo desses fundos junto dessa Autoridade Competente espanhola.

IMPLEMENTAÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO PRIIPs

A 30 de dezembro, de forma a adaptar a documentação pré-contratual à entrada em vigor da Regulamentação PRIIPs (*Packaged Retail Investment and Insurance Products*) para os Fundos de Investimento, foi elaborado e divulgado um novo documento de informação pré contratual (DIF – Documento de Informação Fundamental) que substituiu o IFI (Informações Fundamentais para o Investidor) para todos os Fundos de Investimento abrangidos por esta regulamentação.

FUNDOS DE CAPITAL DE RISCO

O fundo Almond Tree Private Equity Fund – FCR iniciou a 8 de setembro a sua atividade.

A 28 de dezembro realizou-se um aumento de capital no fundo Capitalves, FCR.

ALTERAÇÃO DO REPRESENTANTE DO AUDITOR EXTERNO

Com efeitos a 1 de julho, a Mazars & Associados – SROC, SA passou a ser representada pelo Sr. Dr. Pedro Miguel Pires de Jesus, na qualidade de auditor externo da IM Gestão de Ativos – SGOIC, SA e Auditor dos OIC geridos pela Sociedade.

Desempenho dos Fundos Monetários e de Curto Prazo

A subida das taxas de juro de curto prazo, nomeadamente a Euribor, teve impacto na rentabilidade dos fundos de investimento, uma vez que não conseguiram incorporar no imediato a subida de rendimento proveniente dos ativos, tais como papel comercial e obrigações com maturidades reduzidas. Nesta categoria, os fundos beneficiam da subida dos juros à medida que os ativos vão sendo renovados a novas taxas de juro, no entanto, o hiato de tempo que medeia entre a subida promovida pelos bancos centrais e o aumento de rentabilidade dos ativos é promotora de alguma detração nas subscrições.

Assim, a redução dos montantes sob gestão na categoria dos fundos de curto prazo, onde se incluem os fundos do mercado monetário, foi superior à das restantes categorias de fundos de investimento em Portugal, pelo seu peso em termos de ativos sob gestão. A perda nesta classe foi de 18% enquanto as restantes categorias tiveram uma quebra acumulada de 14%. Para este facto contribuiu a diminuição de rendimento dos fundos deste segmento, que somente na segunda metade do ano beneficiaram do incremento das taxas de curto prazo.

Na IMGA, os ativos sob gestão da categoria de Fundos Monetários e de Curto Prazo totalizaram €1.058M em 2022, uma diminuição de aproximadamente €209M relativamente a dezembro de 2021.

A rentabilidade negativa nesta categoria foi o principal fator para o aumento de resgates, uma vez que os participantes nesta classe procuram uma rentabilidade associada à liquidez, a qual no último ano ficou aquém das expectativas. Esta tendência foi sensível na generalidade das sociedades gestoras.

No final de 2022 esta categoria representava aproximadamente 29,3% dos ativos sob gestão na IMGA.

FUNDOS MONETÁRIO E DE CURTO PRAZO	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe
CA MONETÁRIO	-0,07%	0,15%	1	-0,06%	0,09%	1	-0,03%	0,07%	1
IMGA MONEY MARKET CAT A	-0,17%	0,17%	1	-0,08%	0,10%	1	-0,08%	0,08%	1
IMGA MONEY MARKET CAT R	-0,17%	0,17%	1	-	-	-	-	-	-
IMGA MONEY MARKET CAT I	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IMGA MONEY MARKET USD - CAT A	0,82%	0,32%	1	-	-	-	-	-	-
CA CURTO PRAZO	-2,05%	0,54%	2	-0,97%	0,87%	2	-0,67%	0,72%	2
IMGA LIQUIDEZ CAT A	-3,28%	1,35%	2	-1,13%	0,91%	2	-0,73%	0,71%	2
IMGA LIQUIDEZ CAT R	-	-	-	-	-	-	-	-	-

O IMGA MONEY MARKET CAT I e o IMGA LIQUIDEZ CAT R não têm rentabilidade a 1 ano.
Fonte: IMGA a 31 de dezembro de 2022.

Informação relativa à Gestão do Fundo

O ano de 2022 foi caracterizado pela crise geopolítica originada pelo conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia e o consequente aumento dos preços energéticos e alimentares, tendo efeitos adversos sobre a inflação que assumia à data um caráter transitório, mas que se tornou mais permanente.

A recuperação económica que estava em curso no mundo após a pandemia agravou as pressões inflacionistas, pelo que os bancos centrais, no âmbito do seu mandato, tiveram de agir, terminando os programas de estímulos à economia, com o fim dos programas de compras e o aumento das taxas de juro. As taxas de juro na Europa e nos EUA subiram mais rapidamente que o esperado, com a curva temporal a fazer uma inversão devido aos receios de uma recessão económica futura.

No mercado obrigacionista de dívida privada os acontecimentos descritos anteriormente traduziram-se no aumento dos *spreads* do segmento *Investment Grade*, tanto na Europa como nos EUA. Os riscos de uma possível recessão económica devido ao ritmo elevado de subida das taxas de juro pelos bancos centrais, no sentido de controlar a inflação, poderá comprometer o crescimento económico. Adicionalmente, a política de tolerância zero à Covid seguida pela China comprometeu o seu crescimento económico com impactos a nível mundial.

No contexto descrito anteriormente e durante o ano de 2022 a estratégia prosseguida na gestão do Fundo IMGA Money Market assentou, numa primeira fase, no aumento da exposição a obrigações de crédito de curto prazo de taxa fixa que começaram a apresentar taxas de reinvestimentos positivas, em contrapartida da redução dos depósitos bancários.

Os fundos fizeram uma rotação no primeiro semestre nos investimentos em instrumentos de mercado monetário com o aumento da sua exposição a obrigações de maturidades inferiores a 1 ano devido à atratividade desta classe de ativos em termos de risco/retorno e da necessidade de diversificação dos níveis de risco de crédito dos emitentes. Este movimento foi motivado pela falta de atratividade dos depósitos bancários e papel comercial que apresentavam taxa de juro baixas ou mesmo nulas. Numa fase posterior, associado ao segundo semestre, em que as instituições financeiras começaram a refletir nos depósitos bancários as taxas de juro de referência mais elevadas dos bancos centrais, os fundos aumentaram a sua exposição aos depósitos bancários e ao papel comercial por estes instrumentos apresentarem um perfil de retorno mais elevado face ao risco/volatilidade incorporado.

Assim, em conclusão, o desempenho do Fundo em 2022 foi influenciado pelas taxas de juro que se praticaram no mercado monetário, pela rotação no primeiro semestre do reinvestimento para a classe de obrigações de curto prazo que começaram a apresentar taxas de juro positivas e pelo aumento significativo dos prémios de risco de crédito. Posteriormente, no segundo semestre, com o aumento das taxas de juro dos depósitos bancários e da rentabilidade apresentada pelo papel comercial procedeu-se à reversão do movimento inicial devido à atratividade destes instrumentos em termos do perfil de risco/retorno. O Fundo manteve as características defensivas, num enquadramento desafiante para a sua classe.

No final de dezembro de 2022 a Categoria A do IMGA Money Market apresentava uma rentabilidade a 1 ano de -0,2%, tendo atingido um valor líquido global de €338,6M, superior em 42,1% relativamente aos €238,3M de dezembro de 2021. Desde o início do ano, esta categoria registou vendas líquidas positivas de €100,5M, com subscrições de €184,3M e resgates de €83,8M.

Relativamente à Categoria R, a rentabilidade a 1 ano situou-se em -0,17% em dezembro de 2022, tendo atingido um valor líquido global de €5,4M. As vendas líquidas desta categoria foram de €5,5M, com subscrições de €8,6M e resgates de €3,1M.

Ainda em 2022 foi criada a Categoria I do Fundo, apresentando no final do ano um valor líquido global de €1,4M.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Em cumprimento do estipulado pelo n.º 2 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo (RGOIC), apresenta-se de seguida o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização (valores em euros):

REMUNERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2022			
ÓRGÃOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	RENDIMENTO FIXO	RENDIMENTO VARIÁVEL	NÚMERO A 31/12/2022
COMISSÃO EXECUTIVA			
Presidente e Administradores	300.457	154.159	3
Administradores independentes	40.080	-	1
CONSELHO FISCAL			
Presidente e vogais	31.000	-	3
COLABORADORES			
Colaboradores	1.839.881	259.709	37

Nos termos da Lei e conforme previsto no n.º 1 do art.º 20º dos Estatutos, o modelo de fiscalização da Sociedade compreende ainda um Revisor Oficial de Contas, ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro do Conselho Fiscal, a quem foram pagos €11.808 pelos serviços durante o ano de 2022.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme previsto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos, a Assembleia Geral designou um auditor externo para a verificação das contas da sociedade, cujos serviços prestados representaram um encargo total de €31.980.

Em 2022 foi ainda pago o montante de €2.500 referente a indemnizações, por cessação de contrato de trabalho.

Erros de Valorização

Tendo em atenção o estipulado no n.º 7 do art.º 161 do RGOIC, comunicamos que, no exercício económico findo em 31 de dezembro de 2022, não se registaram erros no processo de valorização das unidades de participação do organismo de investimento coletivo acima do valor definido no n.º 1 do art.º 41.º do Regulamento 2/2015 da CMVM, republicado pelo Regulamento 3/2020, não se tendo registado qualquer pagamento de indemnizações a participantes, sem prejuízo da devida compensação efetuada pela Sociedade Gestora ao Organismo de Investimento Coletivo.

Eventos Subsequentes

No período decorrido entre o termo do exercício e a elaboração do presente Relatório não se registou nenhum evento assinalável.

Notas Informativas

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto do Mercado Monetário IMGA Money Market

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo: Fundo de Investimento Alternativo Mobiliário Aberto
Data de Constituição: 4 de agosto de 2010
Sociedade Gestora: IM Gestão de Ativos -
 - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.
Banco Depositário: Banco Comercial Português S.A.

Valor da Carteira em 31 dezembro de 2022: 345 424 M Euros

EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
IMGA MONEY MARKET CAT A										
Rendibilidade	1,6%	0,8%	0,2%	0,1%	0,0%	-0,1%	0,0%	0,0%	-0,1%	-0,2%
Risco (nível)	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
IMGA MONEY MARKET CAT R										
Rendibilidade										-0,2%
Risco (nível)										1
IMGA MONEY MARKET CAT I										
Rendibilidade										-
Risco (nível)										-

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

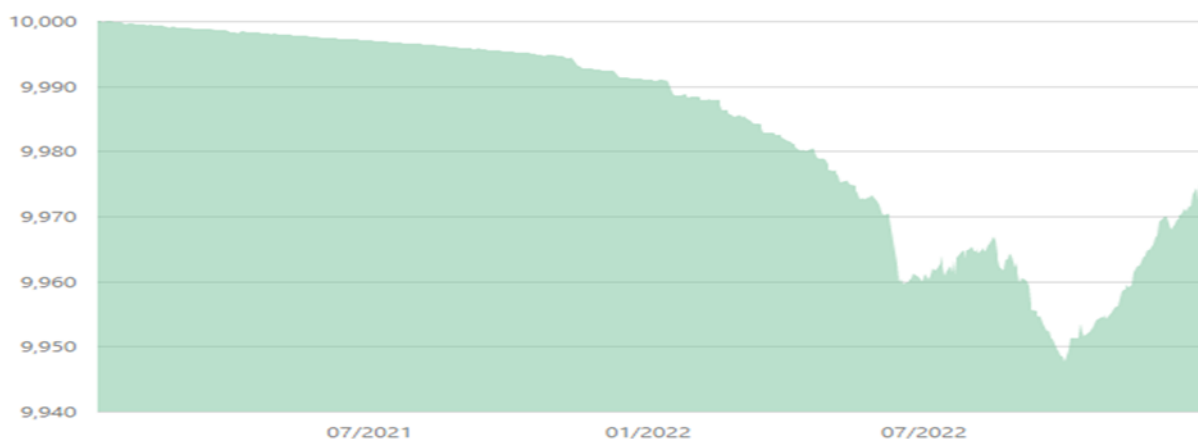
O FUNDO é do tipo de Fundo de Mercado Monetário Normal de Valor Líquido Variável e tem como objetivo proporcionar aos seus participantes um investimento com baixa volatilidade e uma rentabilidade potencial estável, acima das taxas de juro dos mercados monetários e das alternativas proporcionadas pelas aplicações bancárias tradicionais.

O Fundo investirá em Instrumentos do Mercado Monetário e Depósitos Bancários, todos denominados em euros, bem como em Unidades de participação denominadas em Euros de OICVM do mercado monetário, que invistam exclusivamente em ativos denominados em Euros ou que procedam sistematicamente à cobertura do risco cambial.

Poderão ser utilizados Instrumentos Financeiros Derivados desde que tenham como única finalidade a cobertura de risco de taxa de juro e o risco cambial, e que tenham como instrumento subjacente taxas de juro, taxas de câmbio, divisas ou índices que representem essas categorias

O fundo não procura exposição preferencial a um país ou setor de atividade.

EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES



As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência. Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos. O regime fiscal dos fundos de investimento foi alterado a partir de 01 de julho de 2015 pelo que os valores das unidades de participação divulgados até 30 de junho de 2015 são deduzidos da fiscalidade então suportada pelo fundo mas não têm em consideração o imposto que seja eventualmente devido pelos Participantes relativamente aos rendimentos auferidos no período após essa data. O nível de risco do Fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

IMGA MONEY MARKET CAT A	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022
Nº UP's em circulação	24 394,4822	19 644,3446	52 301,7276	43 518,1003	61 938,1234
Valor Unitário UP (Euros)	5 481,5787	5 479,9514	5 480,6787	5 475,7699	5 466,5607
IMGA MONEY MARKET CAT R	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022
Nº UP's em circulação				200,4009	1 091 492,6242
Valor Unitário UP (Euros)				4,9896	4,9812
IMGA MONEY MARKET CAT I	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022
Nº UP's em circulação					280 000,0000
Valor Unitário UP (Euros)					4,9940

CUSTOS E COMISSÕES

Unidades: milhares €

Mercado	Região	2022		2021		2020		2019	
		Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões
Mercado Nacional	Portugal	129 081	0,0	118 054	0,0	182 824	0,0	90 092	0,0
Mercados União Europeia	Alemanha	14 129							
	França	11 483				1 505			
	Espanha	44 879							
	Itália	6 966				2 402		506	
	Países Baixos	22 279		701					
	Noruega	2 994							
	Dinamarca	3 966							
	Luxemburgo	54 293		35 000		39 600			
	Suécia	1 503							
	<i>sub-total</i>	162 491	0,0	35 701	0,0	43 507	0,0	506	0,0
Outros Mercados	Reino Unido	15 287				2 501			
	EUA	25 892							
	Japão	5 002							
	<i>sub-total</i>	46 181	0,0	0	0,0	2 501	0,0	0	0,0
Total		337 753	0,0	153 755	0,0	228 832	0,0	90 598	0,0

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

	31.12.2022
Valores mobiliários	209 503 019,06
Saldos bancários	134 636 234,14
Outros ativos	1 434 402,34
Total dos ativos	345 573 655,54
Passivos	149 918,95
Valor Líquido de Inventário	345 423 736,59

TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>	8 573 234	-	101 540	8 471 694	71 538	8 543 232	4%
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>	114 978 681	12 552	962 858	114 028 375	763 797	114 792 172	54%
<i>O.M.Regulamentados Estados UEs</i>	1 507 875	-	5 295	1 502 580	4 815	1 507 395	1%
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>	18 673 212	-	219 622	18 453 590	212 306	18 665 896	9%
2. OUTROS VALORES	67 152 598	-	105 819	67 046 780	(67 867)	66 978 913	32%
TOTAL	210 885 600	12 552	1 395 133	209 503 019	984 588	210 487 607	100%

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em Euro)

Rendimentos	
Rendimento do investimento	-
Outros rendimentos	1 526 101
As mais-valias de investimentos	33 615
Custos	
Custos de gestão	(136 254)
Custos de depósito	(54 625)
Outros encargos, taxas e impostos	(71 115)
As menos-valias de investimentos	(1 417 341)
Custos de negociação	(173 937)
Lucro líquido	(293 556)
Lucros distribuídos	-
Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	194 330 050
Resgates	(86 908 479)

VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

(Valores em Euro)

	IMGA MONEY MARKET CAT A		IMGA MONEY MARKET CAT R		IMGA MONEY MARKET CAT I	
	Valor Líquido Global do Fundo	Valor Unitário da UP	Valor Líquido Global do Fundo	Valor Unitário da UP	Valor Líquido Global do Fundo	Valor Unitário da UP
31.12.2020	286 648 961,65	5480,6787				
31.12.2021	238 295 101,56	5475,7699	999,91	4,9896		
31.12.2022	338 588 510,59	5466,5607	5 436 914,72	4,9812	1 398 311,28	4,9940

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Não foram realizadas operações de compra e venda de instrumentos financeiros derivados no decorrer do exercício de 2022

Anexos

- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ANEXAS
- DIVULGAÇÃO PERIÓDICA AO ABRIGO DOS REGULAMENTOS SFDR E TAXONOMIA
- RELATÓRIO DE AUDITORIA

Demonstrações Financeiras e Notas Anexas 2022

.....>
IMGA MONEY MARKET

Índice

BALANÇO	2
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	5
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	7
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10

Balanço

.....→
REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(valores em Euro) **BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

		ATIVO				PASSIVO		Períodos			
		31-12-2022		31-12-2021		Designação		31-12-2022		31-12-2021	
Código	Designação	Bruto	Mv	mv/p	Líquido	Líquido	Código				
Outros Ativos											
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM								316 537 165	217 591 502	
33	Ativos Intangíveis das SIM								18 700 470	10 224 568	
	<i>Total de Outros Ativos das SIM</i>								10 479 657	10 711 809	
Carteira de Títulos											
21	Obrigações	132 780 175	12 392	(1 279 863)	131 512 704	700 609	61	Capital do OIC			
22	Ações						62	Unidades de Participação			
23	Outros Títulos de Capital						64	Variações Patrimoniais			
24	Unidades de Participação						65	Resultados Transitados			
25	Direitos						67	Resultados Antecipados das SIM			
26	Outros Instrumentos de Dívida	78 105 424	160	(115 270)	77 990 315	22 754 235	66	Resultados Líquidos do Período			
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>210 885 600</u>	<u>12 552</u>	<u>(1 395 133)</u>	<u>209 503 019</u>	<u>23 454 844</u>		<i>Total do Capital do OIC</i>	<u>345 423 737</u>	<u>238 296 101</u>	
Outros Ativos											
31	Outros ativos										
<i>Total de Outros Ativos</i>											
Terceiros											
411+...+418	Contas de Devedores						481	Provisões Acumuladas			
	<i>Total dos Valores a Receber</i>							Provisões para Encargos			
	<i>Total dos Valores a Receber</i>							<i>Total das Provisões Acumuladas</i>			
Disponibilidades											
11	Caixa										
12	Depósitos à Ordem	6 386 234			6 386 234	84 508 317	421	Reservas a Pagar a Participantes			
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso	128 250 000			128 250 000	130 300 000	422	Rendimentos a Pagar a Participantes			
14	Certificados de Depósito						423	Comissões a Pagar			18 040
18	Outros Meios Monetários						424+...+429	Outras contas de Credores			6 022
	<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>134 636 234</u>			<u>134 636 234</u>	<u>214 808 317</u>	43-12	Empréstimos Obtidos			
							44	Pessoal			
							46	Acionistas			
								<i>Total dos Valores a Pagar</i>	<u>34 033</u>	<u>24 052</u>	
Acréscimos e diferimentos											
51	Acréscimos de Proventos	1 434 402			1 434 402	59 382	55	Acréscimos de Custos			2 380
52	Despesas com Custo Diferido						56	Receitas com Provento Diferido			113 506
53	Outros acréscimos e diferimentos	0			0	0	58	Outros Acréscimos e Diferimentos			
59	Contas transitórias ativas						59	Contas transitórias passivas			
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos</i>	<u>1 434 402</u>			<u>1 434 402</u>	<u>59 382</u>		<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>	<u>115 886</u>	<u>2 380</u>	
	<i>TOTAL DO ATIVO</i>	<u>346 956 236</u>	<u>12 552</u>	<u>(1 395 133)</u>	<u>345 573 656</u>	<u>238 322 543</u>		<i>TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO</i>	<u>345 573 656</u>	<u>238 322 543</u>	
Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe A											
					61 938	43 518		Valor Unitário da Unidade Participação - Classe A	5 466 5507	5 475 7699	
Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe I											
					280 000			Valor Unitário da Unidade Participação - Classe I	4 9940		
Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe R											
					1 091 493	200		Valor Unitário da Unidade Participação - Classe R	4 9812	4 9896	

(valores em Euro) EXTRAPATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

		DIREITOS SOBRE TERCEIROS		RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
Código	Designação	Períodos		Código	Designação	Períodos	
		31-12-2022	31-12-2021			31-12-2022	31-12-2021
	Operações Cambiais				Operações Cambiais		
911	À vista			911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)			912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais			913	Swaps cambiais		
914	Opções			914	Opções		
915	Futuros			915	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Operações Sobre Taxas de Juro				Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)			921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro			922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro			923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções			924	Opções		
925	Futuros			925	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Operações Sobre Cotações				Operações Sobre Cotações		
934	Opções			934	Opções		
935	Futuros			935	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Compromissos de Terceiros				Compromissos Com Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)			941	Subscrição de títulos		
944	Valores cedidos em garantia			942	Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Empréstimos de títulos			943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>				<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>		
99	<i>CONTAS DE CONTRAPARTIDA</i>			99	<i>CONTAS DE CONTRAPARTIDA</i>		

Demonstração de Resultados

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(valores em Euro)

Código	Designação	Períodos		Períodos	
		31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
CUSTOS E PERDAS					
	Custos e Perdas Correntes				
711+718	Juros e Custos Equiparados	485	121		
719	De Operações Correntes				
	De Operações Extrapatrimoniais				
	Comissões e Taxas				
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	173 937	37 017		
724+...+728	Outras Operações Correntes	214 067	245 433		
729	De Operações Extrapatrimoniais				
	Perdas em Operações Financeiras				
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	1 416 970	81 955		
731+738	Outras Operações Correntes				
739	Em Operações Extrapatrimoniais	371			
	Impostos				
	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais				
7411+7421					
7412+7422	Impostos Indirectos	42 733	37 046		
7418+7428	Outros impostos				
	Provisões do Exercício				
751	Provisões para Encargos				
77	Outros Custos e Perdas Correntes	4 760	4 760		
	Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)	1 853 272	406 332		
79	Outros custos e perdas das SIM				
	Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)				
	Custos e Perdas Eventuais				
781	Valores Incobráveis				
782	Perdas Extraordinárias				
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores				
788	Outras Custos e Perdas Eventuais				
	Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)				
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício				
66	Resultado Líquido do Período (se<0)				
	TOTAL	1 853 272	406 332		
(8*2/3/4/5)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	(417 633)	(13 894)		
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	(371)			
B-A	Resultados Correntes	(294 802)	(231 773)		
PROVEITOS E GANHOS					
	Proveitos e Ganhos Correntes				
812+813	Juros e Proveitos Equiparados				
811+814+827+818	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos				
	De Operações Correntes				
819	De Operações Extrapatrimoniais				
	Rendimento de Títulos				
822+...+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos				
829	De Operações Extrapatrimoniais				
	Ganhos em Operações Financeiras				
832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos				
831+838	Outras Operações Correntes				
839	Em Operações Extrapatrimoniais				
	Reposição e Anulação de Provisões				
	Provisões para Encargos				
851	Outros Proveitos e Ganhos Correntes				
87					
	Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)	1 558 470	174 559		
89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM				
	Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)				
	Proveitos e Ganhos Eventuais				
881	Recuperação de Incobráveis				
882	Ganhos Extraordinários				
883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores				
888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais				
	Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)	1 246	1 246		
66	Resultado Líquido do Período (se<0)	293 556	231 773		
	TOTAL	1 853 272	406 332		
F - E	Resultados Eventuais	1 246	(13 894)		
B+D+F-A-C-E+74X1	Resultados Antes do imposto s/ Rendimento	(250 823)	(194 727)		
B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	(293 556)	(231 773)		

Demonstração de Fluxos de Caixa

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	31-dez-22		31-dez-21	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS:		194 330 050		71 101 193
Subscrição de unidades de participação	194 330 050		71 101 193	
...				
PAGAMENTOS:		86 908 479		119 222 280
Resgates de unidades de participação	86 908 479		119 222 280	
Rendimentos pagos aos participantes				
...				
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		107 421 571		(48 121 087)
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ativos				
RECEBIMENTOS:		355 799 928		112 985 942
Venda de títulos e outros ativos	3 000 000		8 015 295	
Reembolso de títulos e outros ativos	352 000 000		103 979 000	
Resgates de unidades de participação noutros OIC				
Rendimento de títulos e outros ativos				
Vendas de títulos e outros ativos com acordo de recompra				
Juros e proveitos similares recebidos	799 928		991 647	
...				
Outros recebimentos relacionados com a carteira				
PAGAMENTOS:		543 254 553		117 473 469
Compra de títulos e outros ativos	543 051 914		117 400 619	
Subscrições de títulos				
Subscrições de unidades de participação noutros OIC				
Comissões de bolsa suportadas				
Vendas de títulos com acordo de recompra				
Juros e custos similares pagos				
Comissões de corretagem				
Outras taxas e comissões	1 310		37 017	
...				
Outros pagamentos relacionados com a carteira	201 329		35 832	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		(187 454 625)		(4 487 527)
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS:		0		0
Juros e proveitos similares recebidos				
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro				
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções				
Comissões em contratos de opções				
Outras comissões				
....				
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas				
PAGAMENTOS:		4 760		7 140
Juros e custos similares pagos				
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro				
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções				
Comissões em contratos de opções				
....				
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	4 760		7 140	
Fluxo das operações a prazo e de divisas		(4 760)		(7 140)

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	31-dez-22		31-dez-21	
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE				
RECEBIMENTOS:		113 008		69 441
Cobranças de crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros de depósitos bancários	113 008		69 441	
Juros de certificados de depósito				
Contração de empréstimos				
Comissões em operações de empréstimo de títulos				
....				
Outros recebimentos correntes				
PAGAMENTOS:		247 276		250 861
Despesas com crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros devedores de depósitos bancários	448		161	
Comissão de gestão	137 216		140 657	
Comissão de depósito	55 003		56 263	
Taxa de supervisão	21 728		23 440	
Impostos e taxas	32 881		30 340	
Reembolso de empréstimos				
....				
Outros pagamentos correntes				
Fluxo das operações de gestão corrente		(134 269)		(181 420)
OPERAÇÕES EVENTUAIS				
RECEBIMENTOS:		0		0
Ganhos extraordinários				
Ganhos imputáveis a períodos anteriores				
Recuperação de incobráveis				
....				
Outros recebimentos de operações eventuais	0		0	
PAGAMENTOS:		0		0
Perdas extraordinárias				
Perdas imputáveis a períodos anteriores				
....				
Outros pagamentos de operações eventuais				
Fluxo das operações eventuais		0		0
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		(80 172 083)		(52 797 175)
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)		214 808 317		267 605 492
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)		134 636 234		214 808 317

Notas às Demonstrações Financeiras

.....>

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

INTRODUÇÃO

A constituição do IMGA Money Market – Fundo de Investimento Alternativo Mobiliário Aberto (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 19 de julho de 2010, tendo iniciado a sua atividade em 4 de agosto de 2010. É um Organismo de Investimento Coletivo, constituído por tempo indeterminado, e tem como finalidade proporcionar aos seus participantes um investimento com baixa volatilidade e um nível de rentabilidade potencial estável e acima das alternativas proporcionadas pelas aplicações bancárias tradicionais, através do investimento exclusivamente em depósitos e instrumentos do mercado monetário tais como papel comercial, títulos de dívida pública de curto prazo, designadamente bilhetes de tesouro, obrigações de taxa fixa, com maturidade residual inferior a 397 dias, e outros instrumentos de dívida de natureza equivalente.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco Comercial Português, S.A.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.

1. CAPITAL DO OIC

O OIC é um organismo de investimento coletivo aberto cujo património autónomo é representado por partes de conteúdo idêntico, sem valor nominal, que se designam unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos participantes.

As unidades de participação são nominativas e adotam a forma escritural. Para efeitos de movimentação, as unidades de participação são fracionadas até à quarta casa decimal. O valor da unidade de participação, para efeitos de constituição do OIC foi de cinco mil euros.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

Descrição	31-12-2021	Subscrições			Resgates			Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	31-12-2022
		Categoria A	Categoria I	Categoria R	Categoria A	Categoria I	Categoria R				
		Valor base	217 591 502	168 725 298	1 400 000	8 606 640	(76 636 096)				
Diferença p/Valor Base	10 224 563	15 624 105	-	(25 993)	(7 132 302)	-	10 097			18 700 470	
Resultados distribuídos	-									-	
Resultados acumulados	10 711 809							(232 153)		10 479 657	
Resultados do período	(231 773)							231 773	(293 556)	(293 556)	
SOMA	238 296 101	184 349 403	1 400 000	8 580 647	(83 768 398)	-	(3 140 081)	-	(380)	(293 556)	345 423 736
Nº de Unidades participação											
Categoria A	43 518	33 747			(15 327)						61 938
Categoria I	-		280 000								280 000
Categoria R	200			1 721 328			(630 036)				1 091 493
Valor Unidade participação											
Categoria A	5475,7699										5466,561
Categoria I	-										4,994
Categoria R	4,9896										4,9812

Em 31 de dezembro de 2022 não existiam unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Categoria A			Categoria R			Categoria I			Total	
		Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2022	31-12-22	5 466.5607	338 588 511	61 938	4.9812	5 436 915	1 091 493	4.9940	1 398 311	280 000	345 423 737	1 433 431
	30-09-22	5 452.0302	293 791 140	53 887	4.9680	5 327 490	1 072 377	4.9804	1 394 502	280 000	300 513 133	1 406 263
	30-06-22	5 458.7887	254 680 142	46 655	4.9741	5 338 698	1 073 303	4.9863	1 396 139	280 000	261 414 978	1 399 958
	31-03-22	5 470.6753	243 226 795	44 460	4.9850	8 000 460	1 604 918	4.9969	1 399 104	280 000	252 626 360	1 929 378
Ano 2021	31-12-21	5 475.7699	238 295 102	43 518	4.9896	1 000	200	-	-	-	238 296 101	43 719
	30-09-21	5 478.1475	247 967 196	45 265	4.9912	1 000	200	-	-	-	247 968 196	45 465
	30-06-21	5 479.0865	271 928 537	49 630	4.9915	1 000	200	-	-	-	271 929 537	49 831
	31-03-21	5 479.8670	288 660 023	52 676	-	-	-	-	-	-	288 660 023	52 676
Ano 2020	31-12-20	5 480.6787	286 648 962	52 302	-	-	-	-	-	-	286 648 962	52 302
	30-09-20	5 481.3937	221 215 049	40 357	-	-	-	-	-	-	221 215 049	40 357
	30-06-20	5 480.6702	123 418 530	22 519	-	-	-	-	-	-	123 418 530	22 519
	31-03-20	5 479.4022	117 729 416	21 486	-	-	-	-	-	-	117 729 416	21 486

Em 31 de dezembro de 2022, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes		
	Categoria A	Categoria R	Categoria I
UPs ≥ 25%	-	1	2
10% ≤ UPs < 25%	-	-	-
5% ≤ UPs < 10%	-	-	-
2% ≤ UPs < 5%	-	-	-
0.5% ≤ UPs < 2%	2	6	-
UPs < 0.5%	10 912	7	-
TOTAL	10 914	14	2

2. TRANSAÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS NO PERÍODO

O volume de transações do exercício de 2022, por tipo de valor mobiliário, aferido pelo preço de realização dos respetivos negócios é o seguinte:

Descrição	(Valores em Euro)					
	Compra (1)		Vendas (2)		Total (1) + (2)	
	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado
Dívida Pública	34 619 399	-	3 000 000	-	37 619 399	-
Obrigações Diversas	153 702 219	42 807 191	9 002 950	-	162 705 169	42 807 191
Papel Comercial	-	243 401 786	-	-	-	243 401 786
Total	188 321 618	286 208 976	12 002 950	-	200 324 568	286 208 976

Os montantes de subscrições e resgates, bem como os respetivos valores cobrados a título de comissões de subscrição e resgate decompõem-se como se segue:

Descritivo	(Valores em Euro)	
	Valor (Nota 1)	Comissões
Subscrições	194 330 050	-
Resgates	86 908 479	-

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro de 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>						
-Obrigações diversas						
Galp Energia SGPS SA 1 15/02/23	6 367 999	-	(90 805)	6 277 194	55 060	6 332 254
NOS SGPS 1.125 02/05/23	2 205 235	-	(10 735)	2 194 500	16 477	2 210 977
	8 573 234	-	(101 540)	8 471 694	71 538	8 543 232
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-Títulos dívida Pública						
BOTS 0% 12/05/23	2 994 595	-	(18 685)	2 975 910	-	2 975 910
FRENCH DISCOUNT T-BILL 0% 17/05/23	2 984 788	-	(8 488)	2 976 300	-	2 976 300
Spain Letras Del Tesoro 0% 07/07/23	994 212	-	(6 872)	987 340	-	987 340
Spain Letras del Tesoro 0% 09/06/23	2 978 417	-	(9 167)	2 969 250	-	2 969 250
Spain Letras Del Tesoro 0% 10/03/23	1 995 026	-	(1 026)	1 994 000	-	1 994 000
Spain Letras Del Tesoro 0% 13/01/23	6 988 423	8 777	-	6 997 200	-	6 997 200
	18 935 461	8 777	(44 238)	18 900 000	-	18 900 000
-Obrigações diversas						
Altria Group Inc 1% 15/02/23	5 029 745	-	(41 395)	4 988 350	43 699	5 032 049
Banco Santander SA Float 28/03/23	3 512 385	-	(9 270)	3 503 115	843	3 503 958
Bat Holdings BV 2.375% 19/01/23	4 076 045	-	(78 325)	3 997 720	90 055	4 087 775
BMW Finance NV 0% 24/03/23	8 954 190	-	(1 890)	8 952 300	-	8 952 300
BNP Paribas Float 22/05/23	4 515 930	-	(8 865)	4 507 065	11 900	4 518 965
BPCE SA Float 23/03/23	1 501 854	-	(879)	1 500 975	867	1 501 842
BRISA Concessão Rodoviária SA 2% 22/03/23	5 103 160	-	(127 160)	4 976 000	77 808	5 053 808
Caixabank 1.125% 12/01/23	7 992 800	-	(1 440)	7 991 360	87 041	8 078 401
DANBNK 0 7/8 05/22/23	4 012 046	-	(46 326)	3 965 720	21 384	3 987 104
EFSE 1.875% 23/05/23	2 023 500	-	(26 520)	1 996 980	22 808	2 019 788
EssilorLuxottica 0% 27/05/23	5 966 060	-	(21 380)	5 944 680	-	5 944 680
Glaxosmithkline Capital 0.125% 12/05/23	2 816 531	-	(17 484)	2 799 047	2 250	2 801 298
Ing Groep NV float 20/09/23	1 510 170	-	(3 465)	1 506 705	1 328	1 508 033
Intesa Sanpaolo SPA 1.75% 12/04/23	4 040 900	-	(50 860)	3 990 040	50 438	4 040 478
Mizuho Financial Group Float 10/04/23	5 005 000	-	(3 200)	5 001 800	20 115	5 021 915
Morgan Stanley 1.875% 30/03/23	1 013 450	-	(14 440)	999 010	14 178	1 013 188
Natwest Group PLC 2.5% 22/03/23	4 611 960	-	(111 060)	4 500 900	87 534	4 588 434
REN Finance BV 1.75% 01/06/23	2 087 697	-	(43 517)	2 044 179	21 037	2 065 217
Santander Consumer Bank 0.75 01/03/23	503 220	-	(4 740)	498 480	3 134	501 614
Santander Consumer Finance 0.875% 30/05/23	1 004 840	-	(11 480)	993 360	5 154	998 514
Societe Generale 0.5% 13/01/23	2 494 500	3 775	-	2 498 275	12 055	2 510 330
Stellantis NV 2.375% 14/04/23	4 589 875	-	(105 445)	4 484 430	76 423	4 560 853
Toyota Finance Australia 0.5% 06/04/23	4 356 368	-	(41 670)	4 314 698	15 993	4 330 690
Volkswagen Fin Serv AG 0.875% 12/04/23	3 018 930	-	(35 700)	2 983 230	18 914	3 002 144
Volkswagen Leasing GMBH 1% 16/02/23	2 219 464	-	(26 108)	2 193 356	19 167	2 212 523
Wells Fargo & Company 2.25% 02/05/23	4 082 600	-	(86 000)	3 996 600	59 671	4 056 271
	96 043 220	3 775	(918 619)	95 128 375	763 797	95 892 172
<i>O.M.Regulamentados Estados UEs</i>						
-Obrigações diversas						
Volvo Treasury AB Float 15/11/23	1 507 875	-	(5 295)	1 502 580	4 815	1 507 395
	1 507 875	-	(5 295)	1 502 580	4 815	1 507 395
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>						
-Obrigações diversas						
Anglo American Capital 3.25% 03/04/23	4 110 867	-	(121 467)	3 989 400	96 877	4 086 277
Banco Bilbao Viscaya Float 09/03/23	4 505 475	-	(4 305)	4 501 170	7 087	4 508 257
General Mills Inc 1% 27/04/23	4 004 660	-	(28 860)	3 975 800	27 178	4 002 978
IBM Corp 0.375% 31/01/23	2 000 040	-	(3 200)	1 996 840	6 863	2 003 703
Goldman Sachs 3.25% 01/02/23	2 038 130	-	(36 210)	2 001 920	59 301	2 061 221
IBM Corp 1.25% 26/05/23	2 014 040	-	(25 580)	1 988 460	15 000	2 003 460
	18 673 212	-	(219 622)	18 453 590	212 306	18 665 896
2. OUTROS VALORES						
<i>Outros instrumentos de dívida</i>						
-Papel comercial						
EDA 301 EM PC 25/10/22 - 24/01/23	2 000 000	-	(1 400)	1 998 600	(1 992)	1 996 608
EDA 302 EM PC 25/11/22 - 24/01/23	4 550 000	-	(3 185)	4 546 815	(4 840)	4 541 975
Endesa ECP 2,25% 09/12/22 - 09/03/23	10 000 000	-	(46 000)	9 954 000	(42 262)	9 911 738
Galp Energia SGPS SA 9EM 19/09/22 - 20/03/23	7 301 835	-	-	7 301 835	44 028	7 345 863
Iberdrola International BV ECP 2.31% 20/12/22 - 20/04/23	12 000 000	-	(26 400)	11 973 600	(84 047)	11 889 553
Instituto de Credito Oficial ECP 1.54% 26/09/22 - 27/03/23	5 000 000	-	(11 500)	4 988 500	(18 252)	4 970 248
NOS SGPS SA 9 EM PC 06/10/22 - 05/01/23	15 400 764	-	(8 464)	15 392 300	61 548	15 453 848

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
2. OUTROS VALORES						
<i>Outros instrumentos de dívida</i>						
-Papel comercial						
Repsol Europe Finance ECP 1.65% 21/10/22 - 20/01/23	7 000 000	-	(4 200)	6 995 800	(6 390)	6 989 410
Santander Consumer ECP 2.14% 04/05/22 - 28/04/23	2 500 000	-	(4 250)	2 495 750	(17 116)	2 478 634
SUGAL Alimentos SA 26ª EM PC 16/12/22 - 16/01/23	1 400 000	-	(420)	1 399 580	1 458	1 401 038
	67 152 598	-	(105 819)	67 046 780	(67 867)	66 978 913
TOTAL	210 885 600	12 552	(1 395 133)	209 503 019	984 588	210 487 607

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através da Lei nº 16/2015, de 24 de fevereiro, a qual aprova o novo Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo, republicado através do Decreto-Lei 144/2019, de 23 de setembro”.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

- O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.
- O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.
- A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo

cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.

- f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
 - g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
 - h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;
 - b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada;
 - c. Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
 - i) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

Impostos

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro), assenta num método de tributação dos rendimentos “à saída”, ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os Fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0025%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo Fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.

5. COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO

Os componentes do resultado do Fundo (Proveitos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	Ganhos de Capital			Ganhos de Juros		Rendimento de títulos	Soma
	Mais valias potenciais	Mais valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos		
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Obrigações	12 552	21 062	33 615	(80 298)	1 052 408	-	972 110
Instrumentos de dívida	-	-	-	121 864	45 685	-	167 549
Depósitos	-	-	-	48 888	336 309	-	385 196
Cambiais Spots	-	0	0	-	-	-	-
TOTAL	12 552	21 062	33 615	90 453	1 434 402	-	1 524 855

Os componentes do resultado do Fundo (Custos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões Suportados		
	Menos valias potenciais	Menos valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos	Soma
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Obrigações	1 288 289	17 602	1 305 890	-	-	-
Instrumentos de dívida	1 026	110 054	111 080	-	-	-
Depósitos	-	-	-	435	-	435
Spots	-	371	371	-	-	-
COMISSÕES						
de Gestão	-	-	-	121 251	15 004	136 254
de Depósito	-	-	-	48 612	6 013	54 625
de Supervisão	-	-	-	17 821	4 554	22 376
de Carteira de títulos	-	-	-	173 937	-	173 937
Outras	-	-	-	812	-	812
TOTAL	1 289 315	128 026	1 417 341	362 867	25 571	388 438

9. DISCRIMINAÇÃO DOS IMPOSTOS SOBRE MAIS-VALIAS E RETENÇÕES NA FONTE

À data de 31 de dezembro de 2022 os impostos sobre mais-valias e retenções na fonte têm a seguinte decomposição:

(Valores em Euro)

Descritivo	31-12-2022	31-12-2021
Impostos indiretos:		
Imposto do Selo	42 733	37 046
	42 733	37 046
TOTAL	42 733	37 046

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	121 438 330	-	-	-	-	121 438 330
de 1 a 3 anos	-	-	-	-	-	-
de 3 a 5 anos	-	-	-	-	-	-
de 5 a 7 anos	-	-	-	-	-	-
mais de 7 anos	-	-	-	-	-	-

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Categoria A		Categoria I		Categoria R	
	Valor	%VLGF (1)	Valor	%VLGF (1)	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	139 245	0.05%	321	0.02%	2 140	0.05%
Comissão de Depósito	55 698	0.02%	256	0.02%	856	0.02%
Taxa de Supervisão	21 924	0.01%	114	0.01%	337	0.01%
Custos de Auditoria	4 664	0.00%	24	0.00%	72	0.00%
Outros Custos Correntes	204 329	0.08%	1 066	0.08%	3 140	0.08%
TOTAL	425 860		1 782		6 545	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES	0.16%		0.13%		0.16%	

(1) Média relativa ao período de referência

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia 2022

.....→
IMGA MONEY MARKET

Divulgação periódica ao abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Nome do Produto: **IMGA Money Market**

Identificador de entidade jurídica (Código LEI): **54930083L3U5K4CA5E02**

Código do fundo (CMVM): **1247**

Características ambientais e/ou sociais

Por “Investimento Sustentável” deve entender-se um investimento numa atividade económica que contribui para um objetivo ambiental ou social, desde que esse investimento não prejudique significativamente nenhum objetivo ambiental ou social e as empresas beneficiárias do investimento respeitem práticas de boa governação.

A **taxonomia da UE** é um Sistema de classificação previsto no Regulamento (UE) 2020/852, que **estabelece uma lista de atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental**. O referido regulamento não inclui uma lista de atividades económicas socialmente sustentáveis. Os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental podem estar harmonizados ou não com a taxonomia.



Este produto financeiro tem um objetivo de investimento sustentável?

<input checked="" type="radio"/> <input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/> Não
<input type="checkbox"/> Realizou investimentos sustentáveis com objetivo ambiental : ____% <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE <input type="checkbox"/> em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE <input type="checkbox"/> Realizou investimentos sustentáveis com objetivo social : ____%	<input checked="" type="checkbox"/> Promoveu características ambientais/sociais (A/S) e, apesar de não ter como objetivo a realização de um investimento sustentável, consagrou uma percentagem mínima de 1% a investimentos sustentáveis <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> com um objetivo ambiental em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE <input checked="" type="checkbox"/> em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE <input checked="" type="checkbox"/> com um objetivo social <input type="checkbox"/> Promoveu características (A/S), mas não realizou quaisquer investimentos sustentáveis

Em que medida foram alcançadas as características ambientais e/ou sociais promovidas por este produto financeiro?

A IMGA, na gestão do Fundo, tem em conta critérios financeiros e de sustentabilidade de forma a integrar critérios ambientais, sociais e de boa governação nos seus investimentos. Para este efeito recorre a análises e classificações de rating ESG de fornecedores externos independentes.

Salientamos, no entanto, que dada a existência de um desfasamento temporal entre a obrigatoriedade das empresas reportarem dados ESG, que ocorrerá de forma progressiva até ao ano 2026, e a data de preparação deste relatório, muitas das empresas analisadas não dispunham de dados suficientes que nos permitissem avaliar o seu posicionamento face a um número significativo de indicadores ESG, pelo que a avaliação e análise que consta deste relatório apenas considera a informação disponível à data da sua produção.

A notação de rating ESG médio para a composição deste Fundo no final de 2022 corresponde a um nível de **Risco Médio**, com uma cobertura de dados de cerca de 79% do valor dos ativos do Fundo, sendo que 27% apresentavam risco baixo ou negligenciável, 36% apresentavam risco médio e apenas

16% apresentavam risco elevado, não existindo qualquer investimento em ativos considerados com risco severo.

No âmbito da sustentabilidade ambiental este produto pretende promover a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, através da análise dos seus investimentos ao nível da gestão, prevenção e controlo da poluição, eficiência na utilização das matérias-primas, nomeadamente dos recursos hídricos e recursos escassos, proteção e o restauro da biodiversidade e dos ecossistemas, e através da forma como cada emitente gere o seu impacto no ecossistema e vida selvagem. Os indicadores observados relativos à sustentabilidade ambiental foram os que mais contribuíram favoravelmente para esta notação de rating ESG. De salientar, no entanto, que das 56 entidades privadas em carteira, 41 não dispõem de dados para nenhum dos indicadores de sustentabilidade ambiental analisados, correspondendo a cerca de 69% da carteira. Existe ainda o investimento em 6 ativos governamentais de 3 países diferentes, quais cerca de 5% da carteira de ativos são considerados sustentáveis do ponto de vista ambiental e social.

No âmbito da sustentabilidade social são tidos em conta fatores como o respeito pelos direitos humanos, com foco nas medidas tomadas para proteger os direitos civis e políticos, bem como os direitos económicos, sociais e culturais, incluindo trabalho infantil e forçado, e a gestão do capital humano e relações laborais, que inclui a gestão dos riscos relacionados com a escassez de mão de obra qualificada por meio de programas de retenção e recrutamento e programas de formação. Inclui ainda questões como a gestão da liberdade sindical e não discriminação, bem como jornada de trabalho e salário mínimo. São ainda consideradas questões relacionadas com a saúde e segurança no trabalho, nomeadamente a forma como os emitentes gerem os riscos de acidentes de trabalho, ética empresarial, como o cumprimento de práticas anticompetitivas, proteção da propriedade intelectual, práticas contabilísticas e fiscais. Inclui também a gestão dos riscos relacionados com corrupção. Os indicadores de sustentabilidade social foram os que maior peso representaram na composição da notação de risco, sendo responsáveis por cerca de 48% desta notação, penalizado principalmente por questões relacionadas com ética empresarial no setor bancário e beneficiado pelos indicadores relativos aos direitos humanos e corrupção.

Foi detetada uma situação de *non-compliance* com o Princípio 10 do UN Global Compact (“as empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno”) e com os Capítulos VII e VIII das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais (“combate à corrupção, à solicitação de suborno e à extorsão” e “interesses do consumidor”), correspondente a uma posição de cerca de 1% dos ativos do Fundo. A empresa está a tomar medidas para reforçar a supervisão, sendo uma situação a acompanhar.

● **Qual foi o desempenho dos indicadores de sustentabilidade?**

No quadro abaixo são apresentados os indicadores analisados com indicação da percentagem de cobertura dos dados e contribuição de cada indicador para a notação de rating ESG atribuída, bem como a percentagem de cobertura dos dados para ativos considerados alinhados com características ambientais ou sociais (A/S) ou sustentáveis e a respetiva contribuição para a notação de rating ESG do Fundo.

Os indicadores de sustentabilidade medem a forma como são realizadas as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.

Notação de Rating ESG: <i>Risco Médio</i>		Total			Promoção Características A/S			Sustentáveis		
Indicadores de Sustentabilidade		% Ativos Analisados	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição	% Ativos Analisados - Alinhados A/S	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição	% Ativos Analisados - Sustentáveis	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição
Sustentabilidade Ambiental	Gestão, Prevenção e Controlo da Poluição	31,0%	8,4%	11,3%	19,0%	4,5%	6,6%	7,4%	1,0%	1,4%
	Eficiência na Utilização das Matérias-Primas	25,1%	2,2%		19,1%	1,5%		5,5%	0,3%	
	Proteção e Restauro da Biodiversidade e dos Ecossistemas	19,2%	0,7%		14,8%	0,5%		4,7%	0,1%	
Sustentabilidade Social	Direitos Humanos	12,8%	1,0%	37,6%	3,6%	0,4%	12,5%	0,0%	0,0%	6,6%
	Gestão do Capital Humano e Relações Laborais	80,6%	8,2%		36,9%	2,6%		21,0%	1,4%	
	Saúde e Segurança no Trabalho	21,3%	1,9%		16,4%	1,3%		4,7%	0,3%	
	Ética Empresarial	80,6%	15,3%		36,9%	4,4%		21,0%	2,8%	
	Corrupção	10,9%	0,9%		6,5%	0,7%		1,1%	0,0%	
	Relação com a comunidade	19,2%	1,7%		14,8%	1,2%		4,7%	0,3%	
	Privacidade e Segurança de Dados	43,2%	8,4%		13,2%	1,7%		13,2%	1,7%	
Acesso a Serviços Básicos	3,4%	0,2%	3,4%	0,2%	1,1%	0,1%				
Corporate Governance	Corporate Governance	80,6%	25,1%	25,1%	36,9%	9,0%	9,0%	21,0%	4,9%	4,9%
Outros	Outros	40,2%	26,0%	26,0%	10,1%	2,0%	2,0%	10,1%	0,9%	0,9%
TOTAL		-	100,0%	100,0%	-	30,0%	30,0%	-	13,8%	13,8%
% Ativos do Fundo		100%			46%			27%		

Uma contribuição superior de um ativo para o Rating ESG significa um maior risco ESG inerente ao emitente e/ou uma maior exposição do Fundo ao mesmo.

A notação de rating ESG de “**Risco Médio**” resulta em 30% de ativos considerados alinhados com características A/S, sendo que estes representam cerca de 46% da carteira de ativos. Destes cerca de 27% cumprem os critérios para serem considerados sustentáveis e representam 14% da notação de “**Risco Médio**” atribuída. A restante percentagem corresponde aos restantes investimentos do Fundo, não alinhados com as características ambientais ou sociais nem qualificados como investimentos sustentáveis.

● **... e em relação a períodos anteriores?**

Sendo a primeira análise efetuada, não é possível realizar comparações face a períodos anteriores.

● **Quais foram os objetivos de investimento sustentáveis que o produto financeiro alcançou em parte e de que forma o investimento sustentável contribuiu para esses objetivos?**

Ver resposta ao ponto anterior relativa à questão sobre o desempenho dos indicadores de sustentabilidade.

● **Por que razão é que os investimentos sustentáveis que o produto financeiro realizou em parte não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável em termos ambientais ou sociais?**

Apenas são considerados como sustentáveis emissores com notações de rating ESG favoráveis e, que de acordo com a metodologia de análise dos fornecedores externos de research ESG, que incorporam objetivos em termos de sustentabilidade quer ambiental como social, não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável. Para além disso, os investimentos considerados como sustentáveis cumprem diretrizes e princípios globais de sustentabilidade, nomeadamente ao nível dos direitos humanos, práticas laborais, proteção do ambiente e combate à corrupção.

----- **Como foram tidos em conta os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?**

Estão incorporados na análise dos indicadores de sustentabilidade, dos quais resulta a notação de rating ESG, diversos indicadores de impactos negativos, relativamente a cada setor em que as empresas emissores se inserem e a fatores intrínsecos ao próprio emissor. O modelo de atribuição de rating, na sua componente quantitativa, considera diversos indicadores de impactos negativos para identificação dos critérios ESG mais relevantes para cada indústria, tais como emissões de gases com efeitos de estufa categorias 1, 2 e 3, consumo de água, etc. A materialidade destes indicadores em cada setor de atividade é determinada com base em research, incluindo informação obtida através do SASB (Sustainability Accounting Standards Board) e do PRI (United Nations – Principles for Responsible Investment).

----- **Os investimentos sustentáveis foram alinhados com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos? Informações pormenorizadas:**

Os principais impactos negativos devem entender-se os impactos negativos mais significativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade nos domínios das questões sociais e laborais, do respeito dos direitos humanos e da luta contra a corrupção e o suborno.

Apenas são considerados como sustentáveis os investimentos em emittentes que não apresentem situações de incumprimento relativo a qualquer uma das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

A taxonomia da UE estabelece um princípio de «não prejudicar significativamente», segundo o qual os investimentos alinhados com a taxonomia não devem prejudicar significativamente os objetivos da taxonomia da UE, sendo acompanhada de critérios específicos da UE.

O princípio de «não prejudicar significativamente» aplica-se apenas aos investimentos subjacentes ao produto financeiro que tenham em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. Os investimentos subjacentes à restante parte deste produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Quaisquer outros investimentos sustentáveis também não devem prejudicar significativamente quaisquer objetivos ambientais ou sociais.



De que modo este produto financeiro teve em conta os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

O Fundo tem em consideração os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade, integrando na metodologia de rating diversos indicadores ambientais e sociais, conforme discriminado na questão relativa ao desempenho dos indicadores de sustentabilidade.



Quais foram os principais investimentos deste produto financeiro?

A lista inclui os investimentos que constituem a maior parte dos investimentos assegurados pelo produto financeiro durante o período de referência, a saber: 31/12/2022

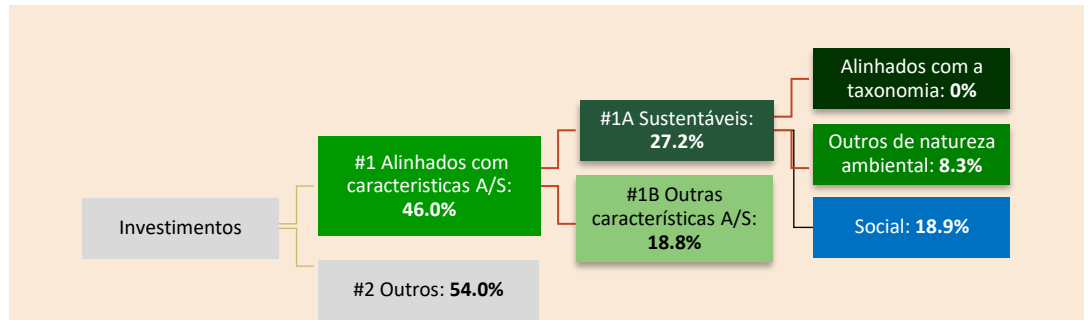
Investimentos mais avultados	Setor	% de ativos	País
NOS SGPS SA 9 EM PC 06/10/22 - 05/01/23	Communication Services	4,47%	Portugal
DP/BIC/EUR	Liquidez	3,62%	Portugal
Iberdrola International BV ECP 2.31% 20/12/22 - 20/04/23	Utilities	3,44%	Espanha
DP/BANKOFCHINA/EUR	Liquidez	2,91%	Luxemburgo
DP/BCP/EUR	Liquidez	2,90%	Portugal
Endesa ECP 2,25% 09/12/22 - 09/03/23	Utilities	2,87%	Espanha
BMW Finance NV 0% 24/03/23	Consumer, Cyclical	2,59%	Países Baixos
DP/BCP/EUR	Liquidez	2,46%	Portugal
Caixabank 1.125% 12/01/23	Financial	2,34%	Espanha
DP/BIC/EUR	Liquidez	2,32%	Portugal
Galp Energia SGPS SA 9EM 19/09/22 - 20/03/23	Energy	2,13%	Portugal
Spain Letras Del Tesoro 0% 13/01/23	Government	2,03%	Espanha
Repsol Europe Finance ECP 1.65% 21/10/22 - 20/01/23	Energy	2,02%	Luxemburgo
Galp Energia SGPS SA 1 15/02/23	Energy	1,83%	Portugal
DP/BANKOFCHINA/EUR	Liquidez	1,74%	Luxemburgo



Qual foi a proporção de investimentos relacionados com a sustentabilidade?

Qual foi a alocação dos ativos?

A **alocação dos ativos** descreve a percentagem dos investimentos em ativos específicos.



#1 Alinhados com características A/S inclui os investimentos do produto financeiro utilizados para alcançar as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.

#2 Outros inclui os restantes investimentos do produto financeiro, não alinhados com características ambientais ou sociais nem qualificados como investimentos sustentáveis.

A categoria **#1 Alinhados com características A/S** abrange:

- A subcategoria **#1A Sustentáveis** abrange os investimentos sustentáveis com objetivos ambientais ou sociais.
- A subcategoria **#1B Outras características A/S** abrange os investimentos alinhados com características ambientais ou sociais que não são qualificados como investimentos sustentáveis.

Valores em percentagem do ativo do Fundo

Em que setores económicos foram realizados investimentos?

Setor	Subsetor	% Ativo
Financial	Banks	15,60%
	Diversified Finan Serv	0,29%
Utilities	Electric	8,80%
Consumer, Non-cyclical	Agriculture	2,64%
	Healthcare-Products	1,72%
	Commercial Services	1,46%
	Food	1,16%
	Pharmaceuticals	0,81%
	Beverages	0,41%
	Sovereign	7,49%
Government	Sovereign	7,49%
Consumer, Cyclical	Auto Manufacturers	7,11%
Energy	Oil&Gas	5,98%
Communication Services	Media	4,47%
Basic Materials	Mining	1,18%
Technology	Computers	1,16%
Communications	Media	0,64%
Liquidez	Depósito a Prazo	37,22%
	Depósito à Ordem	1,85%

Para cumprir a taxonomia da EU, os critérios aplicáveis ao **gás fóssil** incluem limitações das emissões e a transição para energias plenamente renováveis ou combustíveis hipocarbónicos até ao final de 2023. No que respeita à **energia nuclear**, os critérios incluem normas exaustivas em matéria de segurança e de gestão de resíduos.

As **atividades capacitantes** permitem diretamente a outras atividades contribuir de forma substancial para um objetivo ambiental.

As **atividades de transição** são atividades para as quais ainda não existem alternativas hipocarbónicas e que, entre outras, apresentam níveis de emissões de gases com efeito de estufa que correspondem ao melhor desempenho.



Em que medida estiveram os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental alinhados com a taxonomia da UE?

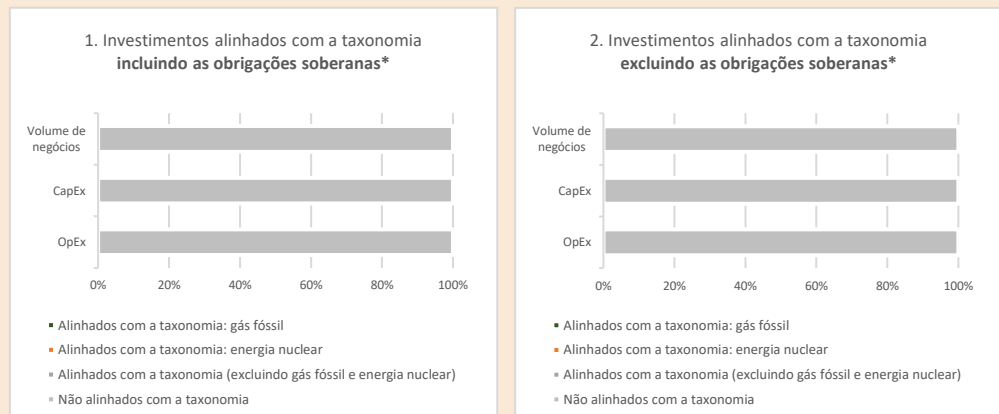
- **O produto financeiro investiu em atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou a energia nuclear que cumpram a taxonomia da UE¹?**

Sim:

 Gás fóssil Energia nuclear

 Não

Quando aplicável, os dois gráficos que se seguem mostram, a verde, a percentagem mínima de investimentos que foram alinhados com a taxonomia da UE. Uma vez que não existe uma metodologia adequada para determinar o alinhamento pela taxonomia das obrigações soberanas, o primeiro gráfico mostra o alinhamento com a taxonomia a respeito de todos os investimentos do produto financeiro, incluindo as obrigações soberanas, enquanto o segundo apresenta o alinhamento pela taxonomia apenas em relação aos investimentos do produto financeiro que não sejam obrigações soberanas.*



*** Para efeitos destes gráficos, as «obrigações soberanas» devem entender-se todas as exposições soberanas.**


- **Qual foi a percentagem de investimentos em atividades de transição e capacitantes?**

Dada a ausência de informação fornecida pelas empresas em que o Fundo investiu, devido ao desfasamento temporal entre a obrigatoriedade das empresas reportarem e a data de preparação deste relatório, não dispomos de dados suficientes que nos permitam concluir qual a percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da UE e qual a percentagem de investimento em atividades de transição e capacitantes.

- **Comparar a percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da EU com os investimentos realizados em períodos de referência anteriores?**

Conforme referido na questão anterior não existem dados que nos permitam fazer esta comparação.

¹ As atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou nuclear só respeitarão a taxonomia da EU se contribuírem para limitar as alterações climáticas (“mitigação das alterações climáticas”) e não prejudicarem significativamente qualquer objetivo da taxonomia EU – ver nota explicativa na margem esquerda. Todos os critérios aplicáveis às atividades económicas nos domínios do gás fóssil e da energia nuclear que cumprem a taxonomia da EU são definidos no Regulamento Delegado (EU) 2022/1214 da Comissão.

 São investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental que não têm em conta os critérios aplicáveis as atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental nos termos do Regulamento (EU) 2020/852.



Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental não alinhados com a taxonomia da UE?

Conforme referido nas questões anteriores não existem dados divulgados pelas entidades em que o Fundo investiu que nos permitam concluir qual a percentagem de investimentos alinhados ou não com a taxonomia.



Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis do ponto de vista social?

Conforme disposto no gráfico acima, onde é apresentada a alocação de ativos, 46.6% dos investimentos do Fundo são considerados investimentos sustentáveis com objetivos ambientais ou sociais. Destes 18.9% são considerados sustentáveis do ponto de vista social.



Que investimentos foram incluídos na categoria «Outros», qual foi a sua finalidade, e foram aplicadas salvaguardas mínimas em matéria ambiental ou social?

Os investimentos na categoria “Outros” incluem depósitos e títulos de dívida de empresas de diversos setores de atividade ou governamentais não qualificadas como alinhadas com características A/S ou sem dados disponíveis que permitam a sua avaliação em termos ESG.

Estes investimentos têm como finalidade a diversificação da carteira de ativos perante a necessidade de informação em matéria ESG ainda não disponível para uma parte muito significativa dos emitentes do universo de investimento em que o Fundo se enquadra.



Que medidas foram tomadas para alcançar as características ambientais e/ou sociais durante o período de referência?

Durante o último ano, o Fundo procurou incrementar o seu nível de investimento em empresas de emitentes com notações de rating ESG favoráveis, de forma a melhorar o nível de rating ESG Global do Fundo. Foi dada ainda especial atenção a eventuais controvérsias a que os emitentes pudessem estar expostos e ao cumprimento das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

Não foram ainda realizados quaisquer novos investimentos em setores considerados controversos, nomeadamente em empresas que tenham a maioria das suas receitas dependentes de negócios específicos, nomeadamente Jogo, Armamento Pessoal e Tabaco.

Relatório de Auditoria 2022

IMGA MONEY MARKET

Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do IMGGA Money Market - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto do Mercado Monetário (o "OIC") gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. ("Entidade Gestora"), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 345 573 656 euros e um total de capital do OIC de 345 423 737 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 293 556 euros), a Demonstração de resultados e a Demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as Notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do IMGGA Money Market - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto do Mercado Monetário, gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outra informação

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela Outra informação. A outra informação compreende o modelo de divulgação periódica para os produtos financeiros referidos no artigo 11.º do Regulamento (UE) 2019/2088 e no artigo 6.º do Regulamento (UE) 2020/852, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado,

concluimos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar relativamente a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

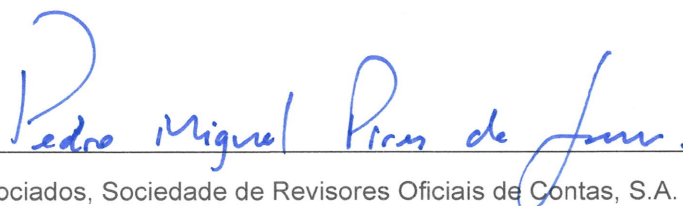
Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015 de 24 de fevereiro, na sua redação atual, devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- O adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do Organismo de Investimento Coletivo;
- A adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do Organismo de Investimento Coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;

- O controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação; e
- O cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 27 de abril de 2023



Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas nº 1930 e registado na CMVM com nº 20190019)